

# A AÇÃO DISCIPLINADORA DE TRENTO NO QUOTIDIANO MONÁSTICO FEMININO DO MOSTEIRO DE S. BENTO DE CÁSTRIS\*

ANTÓNIA FIALHO CONDE\*\*

MARGARIDA SÁ NOGUEIRA LALANDA\*\*\*

## Introdução

A 25ª Sessão do Concílio de Trento, em dezembro de 1563, estabeleceu em decreto conciliar a necessidade da disciplina e a da profissão religiosa por livre vontade do/a próprio/a, reforçou os votos monásticos de obediência, castidade e pobreza, e tornou obrigatória e universal a clausura estrita para as religiosas. Esta derradeira sessão do Concílio iniciado em 1545 atribuiu aos elementos masculinos da mesma Ordem ou Congregação destas, ou, noutros casos, ao bispo da respetiva diocese, a vigilância do cumprimento deste decreto, com o controlo e a autoridade masculina sobre as consagradas femininas. A clausura seria ainda reafirmada em bulas posteriores e por decisões da Sagrada Congregação do Concílio. Desde então e até ao começo do século XIX e da chegada das Ordens religiosas femininas dedicadas à missão, em Portugal (tal como em Itália e em Espanha) a “clausura” passou a ser o conceito, o objetivo, a disciplina, o contexto e a matriz identitária da vida conventual feminina. Mais ainda: foi ela o principal

---

\* O presente estudo insere-se no âmbito do Projeto FCT EXPL/EPH-PAT/2253/2013, “Projecto ORFEUS - A Reforma tridentina e a música no silêncio claustral: o mosteiro de S. Bento de Cástris”, financiado por fundos nacionais através da FCT/MEC e cofinanciado pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) através do COMPETE – Programa Operacional Factores de Competitividade (POFC) e do QREN.

\*\* Universidade de Évora, CIDEHUS.

\*\*\* Universidade dos Açores; CHAM – UNL/U.Açores.

fator diferenciador e distanciador de gênero, no mundo dos consagrados; a vida religiosa dita ativa e de extra-muros, nestes tempos e territórios (e ao invés do que desde cedo se registou em França), era pertença exclusiva do gênero masculino.

### Determinações institucionais para os mosteiros femininos no período pós-tridentino

Os objetivos da Igreja Católica em relação ao clero regular, expressos no período pós-conciliar através das indicações do Sumo Pontífice aos Núncios, visavam claramente restabelecer a disciplina nos mosteiros<sup>1</sup>. Os decretos tridentinos tinham reforçado para as casas femininas a obrigatoriedade do cumprimento dos votos monásticos de castidade, obediência e pobreza (por esta ordem decrescente de relevo), e insistido na clausura perpétua das religiosas. As visitas feitas por superiores de abadias masculinas, ou por autoridades diocesanas, eram o mecanismo de controlo da vida nos mosteiros femininos, sublinhando a dependência destes em relação aos prelados masculinos. Ficava claro, assim, que a reforma das comunidades teria que ver essencialmente com os superiores das Ordens, devendo porém ter em conta questões como a admissão e profissão de noviças, as vocações não-forçadas, o governo espiritual e temporal das casas de freiras ou de monjas.

Quanto à clausura, com defensores e adversários no Concílio, no capítulo V do texto decretal da Sessão XXV ela foi reafirmada como princípio e como continuadora do decreto papal “Periculoso”, de 1298, e o seu cumprimento foi ordenado aos bispos (a máxima autoridade eclesiástica territorial na zona de implantação de um convento ou de um mosteiro) e exortado aos príncipes cristãos e aos magistrados civis. Não obstante, não houve pronúncia em relação à dualidade existente de mosteiros fechados e mosteiros abertos (dependentes de esmolas, e onde as terciárias tinham um forte significado), questão descartada porque considerada complexa<sup>2</sup>.

Após o Concílio, o novo Pontífice, Pio V, adepto fervoroso das reformas decididas em Trento, interveio através da Bula “Circa Pastoralis”, de 1566, clarificando a obrigação da clausura por força da profissão, cujos fundamentos reportou tanto

<sup>1</sup> “Le Concile de Trente, il est vrai, insiste peu sur cette place dévolue à l'abbé, dont il se contente de définir les critères minimaux exigibles (âge, ordres), tandis qu'il consacre des lignes plus appuyées aux abbeses. Rien à voir, en tout cas, avec la description des tâches de l'évêque selon le vœu des pères tridentines. Est-ce à dire que le pape a délibérément négligé d'associer les abbés à la réforme en cours et donc n'a pas estimé que l'amélioration du recrutement abbatial ou la modification des termes de la provision (titre/commende) pouvait servir celle-ci?”, Olivier Poncet – *La Papauté et la provision des abbayes et des évêchés français de 1595 à 1661*. Tese de Doutoramento Policopiada, Université Paris-Sorbonne (Paris IV), 1998, p. 680-681.

<sup>2</sup> Raimondo Creyten – La reforma dei monasteri femminili dopo i Decreti Tridentini. In *Il Concilio di Trento e la riforma tridentina. Atti del Convegno Storico internazionale* (Trento, 2-6 settembre 1963). Roma: Herder, 1965, vol. I, p. 64-67.

ao cumprimento das Regras como ao seu uso consuetudinário “ab immemorabili”. A sua posição firmou-se em alguns membros da Cúria romana, entre os quais o cardeal Carlos Borromeu, arcebispo de Milão, que, grande defensor do rigor reformista e da clausura estrita, foi o pioneiro da aplicação de todas as decisões tridentinas. Como, porém, houve resistências e vários bispos continuaram a tolerar saídas através da cedência de licenças, Pio V atuou com nova Bula, em 1570, a “Decori et honestati”, segundo a qual as monjas ou as freiras apenas podiam deixar o recinto da clausura por motivo de grande incêndio, epidemia ou febre, e com autorização expressa do arcebispo ou do superior da sua Ordem ou Congregação. Coube também a Pio V promulgar as edições reformadas do Breviário, pela Bula “Quod a nobis”, de 1568 (e de que não se conhece edição em Portugal até ao fim do século XVI), e do Missal, pela Bula “Quo primum tempore”, de 1570 (editado em Coimbra, em 1575)<sup>3</sup>.

Em 1572, Gregório XIII, com a Bula “Deo sacris virginibus”, procura resolver a dualidade entre comunidades abertas (muito abundantes em Itália) e comunidades fechadas, quer estabelecendo um número limite de pessoas na comunidade quer admitindo a ajuda de familiares. Só nos séculos seguintes a Igreja Católica sentiu de novo a necessidade de comunidades femininas para o ensino, a missionação e obras de caridade, surgindo então duas espécies de religiosas: as de clausura, com votos solenes, e as sem clausura, com votos simples.

### A aplicação da Reforma no Mosteiro de S. Bento de Cástris

Para melhor apreciar o impacto das medidas reformadoras no quotidiano do mosteiro de S. Bento de Cástris é essencial sublinhar que, além das determinações papais aplicáveis a todos os mosteiros do mundo católico, as comunidades cistercienses (masculinas e femininas) conheceram no século XVI acentuadas reformas internas. Na Península Ibérica surgiram as suas Congregações Autónomas, primeiro em Espanha, com Martin de Vargas como principal mentor; aí havia, em inícios do século XVII, duas: a iniciada por este, agrupando os mosteiros de Leão e Castela e que alargaria a sua influência a Portugal, e a de Aragão, fundada em 1616 por Filipe III. Em Portugal, a Congregação Autónoma de Alcobaça (Congregação de Santa Maria de Alcobaça da Ordem de S. Bernardo) foi reconhecida em 1567 por Pio V no Breve “Pastoralis Officii”, passando o seu Abade a Superior Geral. Só em 1570 a Congregação entrou em funcionamento, e coube ao rei a faculdade de nomear o primeiro Geral da Congregação, escolha que recaiu no Cardeal D. Henrique, na altura comendatário do mosteiro de Alcobaça. Embora não fosse professo na Ordem, o Cardeal viu legitimada a sua prelazia por Breve

<sup>3</sup> Portugal, como se sabe, foi dos primeiros Estados a adotar os decretos do Concílio, e logo em 1564 os publicou quer em latim quer em português.

de Gregório XIII, em 1577, que lhe concedia também poderes para reforma da Congregação, posteriormente só reconhecidos ao Geral desta.

O Abade de Alcobaça, juntamente com os Definidores, os Visitadores e os Abades confirmados pelo Geral, formavam o Capítulo, onde os mosteiros femininos eram representados pelos respectivos confessores; todas as Casas ficavam sujeitas a governo trienal, não podendo ser reeleito/a de imediato quem cessava funções. O Capítulo da Congregação Autónoma, instituição dotada de poder legislativo, coercitivo e judicial próprio, ficava com plenos poderes em relação às *Constituições* da Ordem, podendo revogá-las, estabelecê-las ou renová-las; a Congregação usufruía de todos os privilégios, liberdades, graças, preeminências temporais e espirituais já concedidas e a conceder pela Santa Sé, que se estendiam, naturalmente, a todas as comunidades e respectivos membros. Vemos, assim, institucionalizado o vasto mecanismo de controlo sobre as comunidades cistercienses femininas, que ficavam sujeitas não apenas às determinações papais saídas no período pós-Trento como às do Capítulo de Alcobaça.

A ação disciplinadora e uniformizadora também era exercida ao nível das dioceses, com impacto em diversos aspetos dos quotidianos tanto do clero regular como secular.

“A reforma da liturgia foi outro dos desígnios de Trento. Procurou-se instituir no universo católico o rito romano. Todavia, [na diocese de Viseu] o processo da reforma da liturgia foi moroso. O clero [secular masculino viseense, ao contrário do respetivo bispo,] inicialmente não foi favorável ao novo rito. Alguns sectores, nomeadamente o corpo capitular, manifestaram de imediato o seu protesto fundando-se na tradição existente no bispado, o rito bracarense. [Não obstante, (...) a nova liturgia] acabou paulatinamente por se afirmar em detrimento de outros ritos [...] de 1570 a 1640.”<sup>4</sup>

Se para a diocese de Viseu o cumprimento da nova liturgia foi um processo lento, mas que se foi enraizando ao longo do tempo, as *Constituições* do Arcebispado de Évora dão-nos algumas indicações tanto no domínio da nova liturgia como em questões que se prendem claramente com a vida das comunidades religiosas. De facto, o propósito principal destas *Constituições*, como figura no Prólogo, é a unificação do quotidiano da Arquidiocese, colocando por escrito questões tão cruciais como, entre outras, o comportamento dos religiosos, a sua imunidade e isenção perante a justiça secular, a regulamentação dos sacramentos.

<sup>4</sup> João Rocha Nunes – A Reforma Católica na Diocese de Viseu (1552-1639). In *O Concílio de Trento em Portugal e nas suas “Conquistas”: Olhares Novos*. Coord. António Camões Gouveia, David Sampaio Barbosa e José Pedro Paiva. Lisboa: CEHR-UCP, 2014, p. 63. ISBN: 978-972-8361-60-0.

Se compararmos as *Constituições* do Arcebispado de Évora<sup>5</sup> imediatamente após o Concílio de Trento com outras, do mesmo arcebispado, anteriores ao Concílio e com as vigentes no século XVII, é possível estabelecer algumas linhas de análise. Foram tidos em conta, e em termos cronológicos, os seguintes documentos: as *Constituições do Bispado de Évora, por mandado do Cardeal D. Afonso Infante de Portugal, Arcebispo de Lisboa, Perpétuo Administrador do Bispado de Évora e Comendatário no de Alcobaça*, de 1534<sup>6</sup>; as *Constituições do Arcebispado de Évora, novamente feitas por mandado do illustrissimo e reverendissimo senhor d. Joam de Mello, arcebispo deste arcebispado de 1565* (dois exemplares)<sup>7</sup>; e as *Constituições do Arcebispado de Évora por mandado do Illustrissimo e Reverendissimo Senhor D. José de Melo, arcebispo de Évora*, de 1622<sup>8</sup> (estas eram as originais de D. João de Melo, mandadas de novo imprimir por D. José de Melo; são dois exemplares, um com edição também em Madrid).

As *Constituições* de 1534 provam também que já antes de Trento o então bispado de Évora se preocupava com a voluntariedade da opção pela vida religiosa: “Item declaramos que pera serem alguns homens ou molheres obrigados aa religiam: he necessario que tenham annos de discriçam. ho homem quatorze ãnos e a molher doze e ante desta idade: cada hum bem se pode arrepender e sairse fora da religiã em que entrou posto que fizesse profissam: porque ho tal he chamado menor de idade: e este depois trazendo ho abito que soem trazer os que sam professos e passando ha dicta idade: contãto que seja das approuadas pella See apostolica que doutra guisa nom he obrigado: se tal nom for: assi como sendo algum honesto modo de viuer.”<sup>9</sup>.

<sup>5</sup> Os arcebispos aqui compreendidos são: o 1º, o Cardeal D. Henrique (1540-1564); D. João de Melo e Castro (1565-1574); novamente o Cardeal D. Henrique (1575-1578); D. Teotónio de Bragança, SJ (1578-1602); D. Alexandre de Bragança (1603-1608); D. Diogo de Melo (1610); D. José de Melo (1611-1633); D. João Coutinho (1636-1643).

<sup>6</sup> Biblioteca Pública de Évora [doravante B.P.E.], Res. 432 – *Constituições do Bispado de Évora, por mandado do Cardeal D. Afonso Infante de Portugal, Arcebispo de Lisboa, Perpétuo Administrador do Bispado de Évora e Comendatário no de Alcobaça*. Impresso em Lisboa por Simão Galhardo Francez, 1534.

<sup>7</sup> [B.P.E.], Res. 412 – *Constituições do Bispado de Évora, por mandado de D. João de Melo*. 1565; [B.P.E.], Res. 677 – *Constituições do Arcebispado de Évora, novamente feitas por mandado do illustrissimo e reverendissimo senhor d. Joam de Mello, arcebispo deste arcebispado*. Impresso em Évora por André de Burgos, 1565. O Res. 677 tem conteúdo idêntico ao anterior (Res. 412), acrescentando documentos no final sobre os esposais e o retirar mulheres aos pais.

<sup>8</sup> [B.P.E.], Res. 678 – *Constituições do Arcebispado de Évora, originalmente feitas por mandado do Illustrissimo e Reverendissimo senhor D. João de Mello Arcebispo do arcebispado ano 1565. E ora impressas outra vez por mandado do Illustrissimo e Reverendissimo Senhor D. José de Melo, arcebispo de Évora*, Madrid, 1622; e [B.P.E.], C/997 azul] *Constituições do Arcebispado de Évora*, Madrid, 1622.

<sup>9</sup> “Título VIII, Do Matrimónio, Constituçam V, De que idade pode algum ser obrigado aa religiam”, in [B.P.E.], Res. 432, fl. 15. O número dos fólhos é apresentado no documento original em numeração romana, bem como no Res. 412 da mesma Biblioteca, sendo assim apresentados para maior comodidade de leitura.

As *Constituições* de 1565 do arcebispo D. João de Melo são também muito importantes no que se refere às indicações para a prática litúrgica na arquidiocese, e reconhecem, como as *Constituições* de D. Afonso, a necessidade do cumprimento dos designados “Costumes de Évora”<sup>10</sup>. Assim, no Título XXVII, “Do modo que se deve ter acerca do rezar & officios divinos”, o Capítulo I estabelece logo que se deveria rezar segundo o costume eborense, usando *Missais* e *Breviários* deste. No Capítulo II, “Como devem estar os clérigos quando rezam os officios diuinos: & da ordem que se nelles deue ter”, as *Constituições* apelam à gravidade das celebrações, cumprindo o costume eborense:

“Obrigados sam os clérigos dizer os officios diuinos com inteira tençam & deuaçam, & estar com silencio na ygreja quando se eles celebram: & a servir & residir nas ygrejas onde sam beneficiados, ou têm cargo d’algum serviço. Pello que ordenamos e mandamos que ao tempo que disserem as horas e officios diuinos estem todos no coro com habito decente ao tal offico cantando, & tenham silencio & estem honestos ordinariamente: & digam as horas distintamente & apontadamente & nam de pressa: & nam falem nem rezem se nam com ho coro em quanto ho officio se disser, porque nam se impidam ocupando-se em outras cousas os que ham de cantar, ou dem impedimento aos que cantam. E ho contrario seja apontado pello apontador segundo seu costume”<sup>11</sup>.

Esta invocação do chamado “costume eborense”, usando os seus *Missais* e *Breviários*, por um arcebispo que tanto invocou nas suas *Constituições* as determinações conciliares certamente conduzirá a futuras análises acerca do reflexo dos costumes de Évora na prática musical da catedral e das instituições monástico-conventuais que dependiam do arcebispo.

Acresce ainda que um dos exemplares destas *Constituições*, o Res. 412 da Biblioteca Pública de Évora, está encadernado juntamente com um exemplar das *Constituições* do Arcebispado de Lisboa de 1537. Por comparação com as do Arcebispado de Évora, pós-tridentinas, a que nos vimos referindo, D. João de Melo suprimiu a Constituição XIII, “Que os beneficiados cantem as capellas da igreja e da parochia”, incluída no Título XIII, “Dos benefícios e serventias das igrejas”:

<sup>10</sup> Sublinhemos que o Cardeal Infante D. Afonso (enquanto último bispo de Évora) tornara obrigatório o “costume romano”, com aprovação do Papa Paulo III, em 1538. Sobre este assunto, cf. Miguel de Oliveira – Livros litúrgicos de Évora. *Lusitania Sacra*. VI (1962-1963) 263-274; segundo este autor, o costume de Évora vigorou até muito depois do final do Concílio, como provam precisamente as *Constituições* de 1565, pelo que alertava, aquando da publicação do artigo, para a necessidade de uma comparação entre os costumes de Évora e de Braga.

<sup>11</sup> [B.P.E.], Res. 412, fl. 75v.



“Conformandonos com as constituições e costume antigo deste arcebispado, ordenamos: e mandamos que os beneficiados e iconomos possam cantar e servir per si as capellas edificadas e instituídas nas igrejas onde sam beneficiados e também cantar e servir aos domingos e festas as edificadas e instituídas nas parrochias e limites das dictas igrejas e não consintam que outros clérigos as cantem e sirvam contra suas vontades salvo se os instituidores dellas outra cousa expressamente ordenarem; porem quando ha distancia for grande e houver legitima causa pera nellas aver capellam de fora ficara a nos puermos [provermos] como nos parecer justiça e onde estiver costume de terem capelães mandamos que per eles se sirvam ainda que os beneficiados as queiram servir per si”.

As *Constituições* de 1565 referem claramente a questão da vocação religiosa:

“Declaramos que pera serem alguns homens, ou molheres obrigados aa Religiam he necessario que sejam de hidade de dezasseis anos compridos: & que antes que façam profissam tenham hum ãno de noviciaria segundo forma do dito Concilio. E antes desta hidade cada hum se pode arrepender, & sahir se da religiam em que entrou posto que fizesse profissam: a qual se annulla por o decreto do Sagrado Concilio.”<sup>12</sup>

As preocupações dos Bispos eborenses não se reduziram às *Constituições*. O alto clero secular procurou diretivas da ação para a sua relação com o mundo secular e regular, reconhecendo que a questão da vocação religiosa era fundamental, sobretudo após o Concílio. Assim, os sínodos provinciais, que, teoricamente, se realizavam de 3 em 3 anos, e diocesanos, também teoricamente anuais, irão considerá-la pertinente. Desta forma, no Sínodo Provincial de 1 de maio de 1567, sob a presidência de D. João de Melo, Metropolitano da Província, fica bem explícita a preocupação pela liberdade de opção para a vida religiosa, sendo apontada a pena da excomunhão para quem colaborasse na opção forçada ou para quem dela soubesse e não a denunciasses. Igualmente mencionada aí é a necessidade de divulgação das determinações de Trento neste campo, envolvendo nessa tarefa os ordinários das dioceses<sup>13</sup>. O Sínodo ordenou também o cumprimento das

<sup>12</sup> “Título VIII, Do Sacramento do Matrimónio. Cap. IX. Que hidade se requiere pera algum ser obrigado a relegiam & fazer profissam”, in [B.P.E.], Res. 412, fl. 21. Já nas *Constituições* de 1534, também no Título VIII, e referindo-se ao matrimónio, é sublinhada a idade mínima de entrada em religião (homens 14 e mulheres 12 anos). Cf. [B.P.E.], Res. 432, fl. 15.

<sup>13</sup> “Proveo o Sagrado Concilio Tridentino, que as profissões das religiosas fossem livres & nam ouuesse nellas força alguma nem constrangimento: & põe excomunham a todas as pessoas de qualquer estado & condiçam que sejam que nam constrãjam nem façam força ás ditas religiosas para professarem contra sua vôtade. E assi põe excomunham a todas as outras pessoas que para isso derem fauor e ajuda: & que souberem que as taes religiosas que querem fazer profissam, a fazem conStrangidamente, & contra sua vontade & o nam disserem. Por tâto ordena este Sancto Synodo, que quãdo os prelados forem reqridos para examina-

determinações do Concílio no que respeita à clausura, devendo os ordinários das dioceses examinar as causas das saídas das religiosas fora do mosteiro, tal como as entradas de estranhos neles, observando o determinado pelo Direito e pelas disposições conciliares. A limitação das entradas nos mosteiros devia estender-se, segundo o Sínodo, aos próprios oficiais de obras<sup>14</sup>.

A estrutura local da Igreja, particularmente através dos ditames do Arcebispo, procurava responder aos apelos deixados por Trento, que, por sua vez, reconheceu o papel crucial dos bispos na organização da Igreja *in situ*.

### A liturgia e a prática musical pós-tridentina no mosteiro de S. Bento de Cástris

Para o contexto peninsular, temos indicações que nos revelam uma desigual adoção da liturgia tridentina, mais rápida no Breviário e no Missal do que nos Livros de Coro; estes precisaram de uma adaptação mais onerosa e prolongada, dada a necessidade de intervenção de especialistas (iluminadores e copistas):

“La Diócesis de Pamplona aceptó sin resistencia el Breviario y el Misal de S. Pío V, promulgados en 1568 y 1570 respectivamente. La nueva liturgia fue implantada por D. Antonio Manrique [...]. El 2 de diciembre de 1576 había de entrar en vigor el nuevo rezo. [...] Más lenta fué la penetración de la liturgia piana en los libros de coro. Como el nuevo rezo difería mucho del antiguo, los magníficos cantorales hasta entonces empleados quedaron inservibles, teniendo que ser sustituidos por otros nuevos. Esto, si bien ocasionó gastos muy subidos a las iglesias, dió lugar a que brillara una serie de artistas especializados en la escritura, anotación e iluminación de los libros de canto.”<sup>15</sup>.

rem ou mãdarem examinar as ditas profissões, passem provisam com clausula que declarem as obrigações E penas em que incorrem as ditas pessoas constrangendo & fazendo força ás religiosas que querem professar: & nam descobrindo nem dizendo o que souberem acerca da liberdade, força e contradiçam das taes religiosas: para que cada hua destas pessoas desentregue sua consciencia, & se saiba a verdade do que passa no caso, & para que venha com maior facilidade a noticia de todos, com quãta liberdade se devem fazer profissões como dito he, Manda este São Synodo que se treslade em lingoagem o decreto do Sagrado Concilio tridentino, na Sessão 25 em que se trata das renunciações & obrigações que se fazem antes da profissam, & que se pobrique em as igrejas, E que os ordinarios inquiram em suas visitasões se se cumpre o que neste caso pollo dito decreto estaa ordenado. E fazendo se doutra maneira que se ponha diligencia como se restituam as cousas que contra forma do dito decreto se renunciarem aos que se sayrem dos ditos moesteiros & nam quizerem fazer profissam.” “Título VIII, Das religiosas, Decreto I”, in [B.P.E.], Res. 298 – *Decretos do Concílio Provincial Eborense*. Évora: por André de Burgos, 1568, p. CIII, CIII v., CIIII.

<sup>14</sup> “E nam entrarã mais officiaes para fazerem algumas obras, que os que forem necessarios para ellas. E tão to que as acabarem nam se detenham mais no tal mosteiro: & avera cuidado de somente se consentirem officiaes que possam acabar as obras em o mais breve tempo que for possivel, com todo resguardo necessario da casa, como tal caso merece”. “Título VIII, Das religiosas, Decreto I”, in *Decretos [...]*, *ob.cit.*, p. CV.

<sup>15</sup> José Goñi Gaztambide – La adopción de la liturgia tridentina y los libros de coro en la Diócesis de Pamplona. *Príncipe de Viana*. 7:24 (1946), p. 565-566.



Como já assinalámos, na diocese de Évora o uso do Breviário e do Missal não foi tão imediato como no caso que citamos, e as *Constituições* de 1565 nada explicitam de concreto em relação à praxis musical na arquidiocese por parte do clero regular e secular. Porém, no Título XV, “Da imunidade das igrejas”, a questão é afluída, e especificam-se algumas práticas no Cap. X, intitulado “Que nam comam nem bebam nem façam jogos nem representações, nem outras muitas cousas em ygrejas e adros dellas”: “Conformandonos com ho Sagrado Concilio Tridentino. Defendemos a todas as pessoas eclesiásticas & seculares de qualquer estado & condiçam que seja, que nam comam, nem bebam nas igrejas com mesas postas, nem cantem nem bailem em ellas, nem em seus adros”<sup>16</sup>, e a proibição alarga-se à prática de representações e jogos.

O Título XV e a Constituição X das *Constituições* do bispo D. Afonso, anteriores, têm conteúdo similar, reconhecendo-se uma pequena diferença: “se em alguma festa ou orago de santo se ajuntarem em alguma igreja alguma clerezia pera dizerem vésperas cantadas: que em este caso em ho coro ou tesouro ou em outro honesto e secreto lugar possam honestamente tomar vinho e fruta”<sup>17</sup>. Esta cedência não vai constar nas *Constituições* de D. João de Melo, que, invocando a Sessão 4 do Concílio de Trento, Cap. “De edictione”, acrescentam a essa proibição os jogos de cartas, representações, trovas e cantigas, o cantar palavras ou sentenças da Sagrada Escritura, ou de qualquer outra forma profanar os lugares sagrados. O comportamento no interior das igrejas também é regulado, como o não encostar aos altares, sendo que o Capítulo XIII explicita: “E assi defendemos aos leigos que nam souberem cantar, sob pena de excomunhão que nam estem nos coros das ditas igrejas, em quanto se celebrarem os officios divinos, por nam causarem impedimento aos Clerigos que ham de fazer seu officio”<sup>18</sup>.

Nas comunidades monásticas a música era presença constante nas práticas de devoção quotidiana (Missa e Ofício Divino), nas cerimónias litúrgicas e ainda nos momentos de lazer; o Concílio de Trento procurou introduzir algum controlo nessas práticas<sup>19</sup>.

No período pós-conciliar, nem todas as regiões receberam as normativas tridentinas da mesma forma, também no domínio da prática musical, e o processo esteve longe de ser implementado de forma homogénea na Europa. Em

<sup>16</sup> [B.P.E.], Res. 412, fls. 48, 48v.

<sup>17</sup> [B.P.E.], Res. 432, fl. 41v.

<sup>18</sup> [B.P.E.], Res. 412, fl. 49v.

<sup>19</sup> Para pormenores veja-se Paulo Castagna – Prescripciones tridentinas para la utilizacion del estilo antiguo y del estilo moderno en la musica religiosa catolica (1570-1903). In *I Congreso Internacional de Musicologia*, Buenos Aires (Argentina): Instituto Nacional de Musicología “Carlos Vega”, 19-22 de outubro de 2000. Santiago de Chile: Instituto de História / Pontificia Universidad Católica de Chile, 2002. Disponível em: <http://www.hist.puc.cl/programa/documentos/Castagna.pdf>. Cf. ainda Maria Julieta Vega García-Ferrer – *La música en los conventos femeninos de clausura en Granada*. Granada: Universidad de Granada; Junta de Andalucía, 2005. ISBN: 84-338-3338-3.

muitos casos, prevaleceram as práticas musicais quotidianas existentes, havendo grande diversidade na música sacra pós-tridentina. Fixou-se, porém, no Concílio, que o deleite com a música, e com a sua interpretação, devia ser protegido dos ouvidos seculares, sendo a arquitetura dos espaços cuidada a esse nível (muros altos, grades), bem como ao nível do interior das igrejas, podendo as religiosas ser ouvidas mas não vistas. Gerou-se a noção de “voz angelical”, “coro de anjos”, “vozes sem corpos”<sup>20</sup>, contribuindo as monjas em ambiente pós-tridentino para estimular o clima devocional das populações. Por outro lado, se a recomendação para a prática do cantochão se viu reforçada, os especialistas cada vez mais concluem da existência da prática polifónica, embora apenas em espaços particulares dos mosteiros; a monodia era posta ao serviço da devoção. Assim, na clausura estrita, no interior dos mosteiros, acabam por acontecer alterações do ponto de vista cultural, propiciando formação às religiosas, tornando-as ativas e criadoras (música, canto, escrita, leitura), reconhecidas no mosteiro, mas de forma tardia pelas Congregações de que faziam parte e, logo, pela sociedade<sup>21</sup>.

No mosteiro cisterciense de S. Bento de Cástris registou-se, no período pós-tridentino, uma significativa presença de cantoras e tangedoras, oriundas maioritariamente da cidade de Évora, burgo de comprovada tradição musical ditada pela presença da Escola de Música da Sé de Évora<sup>22</sup>. Essa origem geográfica

<sup>20</sup> Craig A. Monson – *Disembodied Voices: Music in the Nunneries of Bologna in the midst of the Counter-Reformation*. In *The Crannied Wall: women, religion, and the arts in early modern Europe*. Ed. Craig Monson. Michigan: The University of Michigan Press, 1992, p. 191-209. ISBN: 0-472-10271-0. Cf. também Kimberly Winona Montford – *Music in the Convents of Counter-Reformation Rome*. Tese de doutoramento, Rutgers University, 1999.

<sup>21</sup> Veja-se o caso da religiosa cisterciense Maria de Mesquita Pimentel, que viu impressa apenas a primeira parte da sua obra, *Memorial da Infância de Cristo*, em 1639, apesar de o Geral da altura, Frei Arsénio da Paixão, ter autorizado desde Alcobaça a publicação das três partes da obra. Só muito recentemente a segunda parte foi transcrita, analisada e editada, e está a ser ultimada a edição da terceira. Cf. Isabel Morujão (coord.); Antónia Fialho Conde; Maria do Rosário Morujão – *Em treze Cantos: Epopeia feminina em recinto monástico. O Memorial dos Milagres de Cristo de Maria de Mesquita Pimentel*. Braga: Co-ed. CITCEM, CIDEHUS, CHSC, 2014. ISBN: 978-989-8351-33-3. Esta criatividade, se desde os primórdios de Cister está ligada a Hildegarda von Bingen, nos tempos modernos e noutras Ordens religiosas encontrou também expressão na música com a clarissa Soror Juana Inés de la Cruz; cf. Pamela H. Long – *Sor Juana/ música: How the Décima Musa Composed, Practiced and Imagined Music*. Nova Iorque: Peter Lang Pub Incorporated, Série Ibérica, nº 39, 2009. ISBN: 978-1-4331-0269-1.

<sup>22</sup> A Escola Polifónica da Sé de Évora, protegida pelo infante D. Afonso, filho do rei D. Manuel I, contava em 1537 com 14 chantres, existindo na Sé uma escola para jovens do Coro e outra para jovens músicos com idades entre os 10 e os 20 anos, marcando muitos deles o panorama musical da época. O primeiro dos mestres da Crasta e da Capela da Sé foi Mateus de Aranda, entre 1535 e 1544. Durante todo o século XVI surgem ainda organistas célebres (Francisco de Meneses, Francisco Bulhão, Calisto Lopes, entre outros), a que se juntava um grande número de tangedores e cantores de cátedras (João Contreiras, tangedor de charamela e baixão, os Golete, tangedores de charamelas e sacabuxas, Francisco Gomes, tangedor de contrabaixo). Desde que elevada a metropolitana, em 1540, a Sé de Évora conheceu um afamado corpo de chantres, que enobreceram, na Évora moderna, as relações do claustro catedralício com o século, como Baiana Ferreira, que veio a ser mestre de capela em Coimbra. Cf. José Augusto Alegria – *A Música em*

prolongava-se até à capital, sendo que a sua identificação é possível pela análise dos contratos de dote<sup>23</sup> e respetivos montantes, geralmente inferiores à média praticada, ou mesmo inexistentes, para as candidatas que manifestavam apetência para a música e/ou para o canto, dada a necessidade do mosteiro de ter religiosas capazes nessas áreas. Também nesses contratos se especifica que muitas delas tinham tido certamente alguma formação musical ou tinham familiares diretos relacionados com essa atividade. A Visita de 1680 a S. Bento de Cástris autorizava que as grades pequenas fossem usadas para as madres e preladas com ensino de canto de órgão, como era costume em todos os mosteiros da Congregação<sup>24</sup>. Há, desta forma, não apenas a preocupação de manter a música e o canto afastados das grades e locutórios, locais onde eram recebidos os familiares das religiosas, como também se frisa a necessidade do ensino do cantochão às noviças e às religiosas de profissão mais recente. Deveria ser uma tarefa diária, de uma hora, com mestras internas.

A vida quotidiana neste mosteiro, como em qualquer outra instituição similar, punha em prática a divisa *Ora et Labora* e compreendia aí uma larga dedicação ao *Ora*, através da Missa e dos Ofícios Divinos. Tinham lugar duas missas quotidianas (tendo as monjas conversas que assistir pelo menos a uma), e comunhão geral (para toda a comunidade monástica) na Sexta-feira Santa. Nos Ofícios Divinos, assume especial relevância a atividade do Coro, regulada pela Cantora-mor: nomeava a religiosa que deveria cantar e ir à estante, acompanhada pelas outras vozes; fazia guardar e respeitar o grau das religiosas no Coro; estabelecia semanalmente uma tábua com as obrigações do Coro para as religiosas, como assegurar o Invitatório, as lições e versos, levantar antífonas, entre outras obrigações, de molde a evitar inquietações particularmente na celebração das

Évora no século XVI (tentativa de esboço histórico). In *A Cidade de Évora. Boletim de Cultura da Câmara Municipal de Évora*, n.º 6, Março 1944, p. 25-43, e n.ºs 7-8, Junho-Setembro 1944, p. 118-132; José Augusto Alegria – *Biblioteca Pública de Évora – Catálogo dos Fundos Musicais*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1977.

<sup>23</sup> Colleen R. Baade, sobre as religiosas que não pagam dote, diz-nos que “las monjas músicas – identificadas como tal por el hecho de haber estado exentas de pagar la dote a cambio de servir como organista, cantora, o en raras ocasiones por tocar algún instrumento; también es posible encontrar señal de estas monjas músicas remuneradas en las mismas cuentas de los monasterios, ya que en muchos casos se les pagaba un pequeño salario, llamado *situado* o *legata*”. Cf. Colleen R. Baade – *Monjas músicas y música de monjas en los conventos franciscanos de Toledo, siglos XVI-XVIII*. In *La clausura femenina en el Mundo Hispánico: una fidelidad secular*. XIX Simposium San Lorenzo del Escorial, Instituto Escorialense de Investigaciones Históricas y Artísticas. Coord. Francisco Javier Campos y Fernández de Sevilla. [S.l.]: Real Centro Universitario Escorial-María Cristina, 2011, Vol. 1, p. 545-562. ISBN 978-84-86161-64-4. Esta prática seria pontual nos conventos toledanos nos séculos XVI e XVII, contrariamente ao século XVIII, em que ocorreu particularmente nos conventos franciscanos. O mesmo Autor cita ainda a existência de monjas remuneradas para a prática da música (situação que não encontramos na documentação de S. Bento de Cástris): “La documentación para monjas músicas remuneradas (es decir, con exención de dote y, en la mayoría de los casos, situado anual) es bastante más extensa durante el siglo XVIII.” (*ibidem*, p. 550).

<sup>24</sup> [B.P.E.], Cód. CXXXI/2-23, fl. 36.

Matinas. Esta tábua dos ofícios, que compreendia também as leituras no Refeitório, devia ser lida à Sexta-feira, como em todos os mosteiros da Congregação. No Coro, apenas as preladas ou as Cantoras-mores podiam emendar e corrigir algum erro no decorrer do Ofício Divino. No primeiro quartel do século XVII (1625), no abadessado de D. Paula de Almeida, além da Cantora-mor, da Mestra de Capela (que regulava a atividade das monjas instrumentistas) e da Mestra das Noviças, ofícios comuns a outros abadessados, surge uma Mestra de Cantochão, num período em que o mosteiro contava com grande número de religiosas.

Toda a atividade ligada à prática da música e ao canto, tal como as demais da vida quotidiana das comunidades, era alvo de controlo tanto pelos padres presentes no mosteiro como pelos visitantes da Ordem. Sabemos que, embora a prática de visitar as casas religiosas seja anterior ao Concílio, é certo que durante o mesmo se recomendou aos bispos e superiores das Ordens a necessidade de visitar as instituições religiosas numa tentativa de se disciplinar o comportamento da população religiosa. A hierarquia religiosa masculina tentou não só fazer cumprir a liturgia piana (promulgada por Pio V) como controlar a atividade criadora das monjas em clausura, como comprovam os relatórios das Visitas.

Nestes termos, na visita de 1667, e no que respeita em particular à liturgia, foi exigido que não fosse descuidada a aprendizagem do cantochão. Doze anos depois (1679), determinaram os Visitadores que o canto deveria ser da responsabilidade de quem soubesse cantar, mesmo que também tocasse instrumento, obedecendo à Mestra da Capela, cargo este a que encontramos, aliás, raras referências.

A música também é silêncio, exigido em todos os mosteiros cistercienses particularmente na igreja, no Coro, nos dormitórios, no refeitório e no claustro, sob pena de privação do mirante, porta, grade e cerca, ou disciplina de pão e água<sup>25</sup>. A palavra não estava, contudo, completamente proibida (a não ser durante a Quaresma, altura em que o silêncio devia ser absoluto). A questão fundamental estava na moderação do seu uso, e em voz baixa. Elemento fundamental nos limites da clausura e no respeito do silêncio era a presença de grades. Existiam na portaria, no parlatório, na sacristia e nos coros, locais privilegiados de contacto com o mundo exterior e, por isso, de grande responsabilidade para a prelada. Todos esses pontos de contacto, orais e/ou visuais, deviam fechar às Ave-Marias, e os ofícios associados à sua guarda, os de gradeira e porteira, eram ocupados apenas por religiosas anciãs e que merecessem a confiança da abadessa.

Assim, acerca da prática da música e do canto, as Visitas determinavam que podiam acontecer apenas em locais considerados adequados: em 1679 exigiam

<sup>25</sup> Antónia Fialho Conde – O reforço da clausura no mundo monástico feminino em Portugal e a ação disciplinadora de Trento. In *As mulheres perante os tribunais do Antigo Regime na Península Ibérica*. Coord. Margarita Torremocha Hernandez e Isabel Drumond Braga. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2015, p. 235-257. DOI: 978-989-26-1033-7. Disponível em: [http://dx.doi.org/10.14195/978-989-26-1033-7\\_10](http://dx.doi.org/10.14195/978-989-26-1033-7_10).

que não se cantasse nos Dormitórios<sup>26</sup> nem na Enfermaria, nem se tocasse viola ou dançasse na Enfermaria (a não ser que alguma religiosa doente quisesse ouvir cantar), sendo o canto e a dança também proibidos às moças particulares e da Ordem na varanda junto ao Coro, durante as cerimónias litúrgicas das religiosas (donde se supõe não só que aí ocorreriam, mas que poderiam ocorrer noutro local).

Em março de 1691, o Abade Geral e Esmoler-mor, Frei Jerónimo de Saldanha, na sua Visita ao mosteiro, reforçou a ideia de que a passagem de noviça a professa só era feita após um exame de conhecimentos de reza e cerimónias, mas também de cantochão, encarregando especialmente as Mestras das noviças a assegurarem o ensino do canto por alguém do mosteiro, recolhida ou religiosa – seria, pois, uma tarefa diária, com mestras internas. Tal ocasião poderia ainda ser aproveitada para apurar o ensinamento das professoras mais recentes. Para as habilitadas no tocar, se uma aprendizagem mais aturada exigisse mestre exterior ao mosteiro, tal só seria possível com licença escrita do Abade. Refira-se, ao mesmo tempo, o protagonismo do órgão, não só no especial cuidado que se deveria ter no ensino da noviça que tivesse habilidade para tocá-lo, como permitindo ainda (em contradição em relação à normativa da mesma Junta quanto à aprendizagem apenas do canto grave ou cantochão) que, se fosse necessário, aprendesse o canto figurado para tocá-lo com mais perícia. Quanto à presença de pessoas exteriores à comunidade, tanto em funções didáticas como lúdicas, temos os familiares diretos (pais, irmãos) que se comprometiam ao ensino do órgão, do canto, ou de outros instrumentos não apenas à familiar colocada no mosteiro como em relação à restante comunidade. Era também usual a contratação de músicos na festa do S. Bernardo, em agosto. Sobre estes aspectos que vimos enunciando as determinações são claras:

“E debayxo da mesma pena não consintirão as Madres Donnas Abbadessas por nenhum pretexto que se cante, ou tanja nas grades ou locutórios, ainda que nelles assistão pessoas nobres, nem ainda sendo de primeira qualidade, e nesta Ley não podera dispensar o Nosso Reverendissimo, nem ainda com o Diffinitorio; outrosy recomendão muito os Padres da Junta as Madres Donas Abbadessas tenham especial cuidado, e as Mestras dos Noviciados de fazerem aprender o canto chão as Noviças, e as Religiosas mudernas que tiverem só quatro annos de habito, deputandolhe Mestras que as ensinem, e hora em que todos os dias se occupem em aprender emquanto não souberem bem; e terão muito cuidado de

<sup>26</sup> Pela mesma época, as freiras do Convento de Santa Petronilha, em Siena, queixavam-se ao seu Arcebispo de que as educandas e raparigas do coro estavam sempre a cantar nos dormitórios, mesmo durante as horas de descanso e de oração. Cf. Colleen Readon – *Holy Concord within Sacred Walls. Nuns and Music in Siena, 1575-1700*. Oxford: Oxford University Press, 2002, p. 34. ISBN: 0-19-513295-5.



applicar as que tiverem abelidade para aprender a tocar órgão detriminandolhe Mestra que as ensine pessoa recolhida no Mosteiro, ou Religiosa delle, e sendo necessario aprenderem o canto figurado para melhor pericia do órgão, o aprenderão com pessoas do Mosteiro, e não poderá ser admitido Mestre de fora sem Licença *in scriptis* do Nosso Reverendissimo.”<sup>27</sup>

A questão do incumprimento do mosteiro, especialmente em relação ao canto fica demonstrada na Pastoral que frei Bento de Melo, Abade Geral, dirigiu àquele por lhe ter constado que as religiosas não cumpriam duas das leis ditadas pelo Capítulo intermédio desse mesmo ano, sendo uma delas a que proibia o canto de órgão figurado nas igrejas e coros. A Pastoral sublinha que a música figurada conduzia a notáveis relaxações nos mosteiros das religiosas<sup>28</sup>, devendo suspender-se, e usar-se só o cantochão grave, pelo que encarregava o Padre Confessor de fazer observar essa determinação e de informar o Abade de quem se esquivasse.

Tais determinações, no que respeita à música e ao canto, foram retomadas nos Capítulos de 1729, 1732 e 1735.

As Juntas e Capítulos legislavam também sobre a forma de tocar e cantar: nos salmos e hinos, e em tudo o que o Coro cantasse alternadamente com o órgão, duas cantoras cantavam em voz alta os versículos acompanhados pelo órgão, calando-se o Coro; ainda nos salmos, deveriam levantar todos os versículos para dar na segunda parte o tom ou sequência do Coro, que cantava uniformemente. Para o canto, a Ordem estabelecia uma maneira de cantar nem muito vagarosa, nem muito apressada, demonstrando antes gravidade e devoção: era uma “meã maneira” de cantar. Em 1777, ano de reforma na Ordem, tentou-se a uniformização do canto, com indicações que seriam comuns a toda a Congregação.

Efetivamente, invocava-se Bernardo de Claraval ao aconselhar que, no canto, as salmodias não fossem muito prolongadas, devendo o Coro cantar com voz viva e redonda. Todo o Coro deveria entoar, ao mesmo tempo, o metro, a que se seguiria o verso, acabando ao mesmo tempo. Nenhum ponto se deveria prolongar mais do que outro, e depois de cada metro deveria acontecer uma boa pausa; todos os elementos do Coro deveriam começar ao mesmo tempo, respeitar um ritmo comum, não prolongar os pontos, para não se destacarem em relação aos demais, no sentido de juntamente cantar e pausar, sempre escutando os companheiros.

Os livros de Coro e os manuscritos musicais provenientes de Cástris acabam por denunciar uma característica específica: a música era interpretada para vozes iguais, sendo compostas especificamente para vozes femininas. Por outro lado, nota-se, no espólio musical do mosteiro, a predominância de algumas temáticas

<sup>27</sup> [B.P.E.], Cód. CXXXI/2-7 – *Livro das Leis de Capítulos e Juntas do Mosteiro de S. Bento de Cástris extra muros da cidade de Évora*, fl. 21.

<sup>28</sup> *Ibidem*, fl. 34v.

como as obras dedicadas ao Santíssimo Sacramento, as natalícias e aos santos da Ordem. Celebrava-se com grande solenidade o Corpo de Deus, próprio da devoção eucarística pós-tridentina. Os versos eram também muito repetidos, e de teor barroco. Por outro lado, aponte-se ainda para alguns sinais da procedência desses livros de Coro: embora vigiados por Alcobaça, alguns são assinados por copistas deste mosteiro. Nos manuscritos musicais de finais de Setecentos e de Oitocentos, alguns foram compostas expressamente para Cástris, sobretudo por autores locais; os outros são cópias que circulavam e que constam também de outros arquivos, provando a circulação da música não só entre comunidades regulares mas também na sociedade civil.

### O controlo masculino no quotidiano monástico feminino

O controlo da vivência interna dos mosteiros e conventos femininos nos séculos XVI a XVIII é assegurado por religiosos, sacerdotes seculares ou leigos (síndico/procurador, padres feitores, Visitadores das Ordens), de acordo com as normativas internas das comunidades, e faz-se sentir a diversos níveis.

No campo económico, o controlo é realizado pelo síndico/procurador, que pode ser leigo, sacerdote secular ou religioso da mesma Ordem ou Congregação do mosteiro feminino; é ele quem representa a comunidade monástica em todas as transações, receções e cobranças, e contratos relativos ao património económico da Casa (terras, rendas, juros, foros, dinheiros, vendas, compras, contratos de dote de admissão, de alimentos até e durante o noviciado, de profissão, execução de partilhas). Além deste, existe controlo económico por um religioso, ou religiosos, da mesma Ordem ou Congregação do mosteiro (no caso de Cister, os Visitadores), que verifica(m) anual ou trienalmente (uma vez que, após o Concílio de Trento, os abadesados são por três anos consecutivos) todas as contas que uma religiosa – a vigária da Casa, a abadessa, a tesoureira, a síndica, ou ainda a escrivã, variando segundo as Ordens – é obrigada (pelos decretos de Trento, pelas *Constituições* e *Regras* da respetiva família religiosa, pelas autoridades masculinas da Ordem ou Congregação que tutelam os mosteiros, pela abadessa, pelos Visitadores, pelos bispos) a registar em livros próprios.

Em termos administrativos e organizativos, numa comunidade religiosa feminina toda a eleição (da abadessa ou das demais madres para os diferentes cargos de cada Casa) é feita por voto secreto individual das freiras, ou das monjas, cujas idades e anos de profissões ultrapassem um mínimo estatutariamente definido (pelos autores, exclusivamente masculinos, das normas escritas que regem as comunidades femininas), e é presencialmente controlada por um alto representante direto das autoridades masculinas da Ordem; este preside ao ato eleitoral e a ele se faz acompanhar por dois outros frades ou monges que, por servirem de testemunhas, são os que tornam válidas a eleição e a sua inscrição em livro.

No que se refere à verificação do cumprimento da *Regra* geral e de todas as normas escritas (onde abundam as punições por quebra da disciplina, da clausura ou de algum dos três votos professados) encontramos um controlo triplo exercido pelos religiosos da mesma família espiritual: sobre cada religiosa, sobre a abadessa (a autoridade máxima de cada Casa), e sobre todas as madres que desempenham cargos (sobremaneira as que lidam com as zonas sensíveis de contacto entre o intramuros e a sociedade exterior). Os três níveis da pirâmide hierárquica de cada comunidade religiosa feminina (o individual, o dos cargos intermédios entre todas e a chefia máxima, e, no vértice, a abadessa ou a madre superiora) estão, pois, completamente subordinados a autoridades masculinas da mesma Ordem ou Congregação.

A dependência é total relativamente aos sacerdotes da mesma Ordem quanto à celebração de missas (em Cástris estas são obrigatoriamente duas por dia), com especial destaque para a consagração, a comunhão, as leituras dos textos sagrados – todas elas atividades para as quais as monjas e freiras, embora estejam num patamar superior na caminhada espiritual de todos os crentes, são vistas em primeiro lugar como mulheres (isto é, impuras e indignas de exercerem esses múnus de tão grande proximidade do Divino) e não como religiosas (ou seja, com competências específicas, superiores às do resto da sociedade, no campo da relação com Deus). Até mesmo nos cânticos – e apesar de estes não terem a importância duma consagração – há uma profunda hierarquia do masculino sobre o feminino: na época de maior significado dentro do Cristianismo, a Semana Santa, só um padre ou um frade pode cantar o “Exultet” ou “as Paixões”, como está bem claro nos livros de pagamentos de S. Bento de Cástris<sup>29</sup>.

Já na zona reservada exclusivamente à clausura no interior de cada mosteiro (de monjas) ou convento (de freiras), só em casos verdadeiramente excecionais ou esporádicos (como a tomada trienal de votos para madre abadessa) é permitida a presença, nunca individual, das autoridades religiosas masculinas; por isso, nesses espaços cabe à abadessa o combate a qualquer forma de individualização e de rebeldia à uniformização. Tal combate desenrola-se, desde logo, sobre aquilo que tem maior visibilidade: o uso das vestes talaras, onde o hábito constitui o sinal exterior mais imediato da pertença a uma mesma comunidade, e em que a cor do véu é o principal elemento que distingue e destaca as professoras – com o seu véu

<sup>29</sup> Para as décadas de 20 e 30 do século XVIII são várias as referências, de que destacamos: Biblioteca Pública de Évora, Códices CXXXII 1-4 fl.62; CXXXII 1-5 fl. 12v; CXXXII 1-6 fls. 10v, 14v, 30, 44, CXXII/1-7 fls. 21v, 36. Esta situação de dependência no que respeita aos sacerdotes fica bem expressa na constatação de Maria Leticia Sánchez Hernández: “Asimismo, hay un organista y un maestro de capilla (es el monje que compone música y dirige el coro de niños); las mujeres tienen que buscar estos servicios fuera de la comunidad –igual que con las capellanías y el confesor– y según sea la dotación, el monasterio contará con una buena capilla musical”. Maria Leticia Sánchez Hernández – Veinticuatro horas en la vida de un monasterio de los siglos XVI y XVII. *Cuadernos de Historia Moderna. Anejos*. 8 (2009), p. 204-205.

negro<sup>30</sup>, que simboliza a penitência mas que também, na prática, corresponde à maior importância e senioridade de quem o tem – relativamente ao mundo inferior das jovens, das noviças e das freiras sem direito a voto, identificáveis pelo véu branco. Não obstante esta regra geral, registre-se que em Cástris existem também algumas religiosas com o estatuto e a dignidade de cantoras, apesar de serem apenas conversas, de véu branco. O controlo abacial exerce-se igualmente sobre aquilo que é do foro mais interior e pessoal, como os afetos; são particularmente proibidos e visados, com o argumento de serem contra o bom entendimento de uma vivência de igualdade fraterna entre todas as religiosas duma comunidade, comportamentos (aparentemente mais comuns do que o estipulado pelas *Regras*) como uma religiosa mostrar particular afeição por outra ou outras, ou duas dormirem juntas numa mesma cama em vez de em camas individuais nas respetivas celas pessoais ou no dormitório coletivo. Se houver acusação, por qualquer religiosa, de negligência por parte da abadessa quanto à vigilância do bom cumprimento de tais preceitos ou de convivência quanto ao seu incumprimento, a função inquisitiva (de instauração de inquérito) e a punitiva sobre quem transgrediu e sobre quem o possibilitou competirão exclusivamente aos religiosos masculinos com tutela sobre essa casa, como um “tribunal” de segunda instância.

A intimidade pessoal quanto aos pensamentos e à autoanálise é diretamente controlada pelos poderosos confessores e diretores espirituais, de existência obrigatória para todas as consagradas e sempre da mesma família religiosa (Ordem ou Congregação) destas<sup>31</sup>. Pertence ao seu “múnus” conhecer, orientar, julgar e dar ordens às religiosas em tudo o que se refere à caminhada espiritual, às leituras, à exteriorização das vivências pessoais interiores de cada uma delas, e até mesmo à consciência individualizada daquilo que constitui um dever incontornável ser revelado em confissão. A eles se juntam visitantes (regulares e seculares) e pregadores quanto ao controlo das devoções ou da prática litúrgica<sup>32</sup>. Neste pro-

<sup>30</sup> No mosteiro de S. Bento de Cástris a referência documental a estas religiosas surge normalmente como “religiosas de véu preto e Coro”; o tempo da profissão acabava também por determinar o acesso à eleição: só com pelo menos oito anos de hábito as religiosas podiam ser eleitas para abadessas. A abadessa, por sua vez, era aconselhada por um conjunto de religiosas anciãs, também designadas como “discretas”: eram deste grupo as “deputadas”, normalmente quatro, que, além da priora, sub-priora e escrivã, auxiliavam diretamente a abadessa no governo do mosteiro. De referir ainda que, antes de toda esta gradação, e iniciada a vida monástica ainda que em tenra idade, aos doze anos era *lançada a mantilha* às jovens que circulavam na clausura mas que ainda não estavam no ano de noviciado, para o qual era exigido ter já quinze anos completos.

<sup>31</sup> Sobre a homogeneidade dos objetivos e a diversidade das práticas e dos públicos trabalhados pelos diretores espirituais recomenda-se a consulta do estimulante vol. III, *L'Età Moderna*, coord. por Gabriella Zarri, da *Storia della Direzione Spirituale*. Ed. por Giovanni Filoramo, Brescia: Morcelliana, 2008.

<sup>32</sup> No convento do Salvador, de Clarissas, em Évora, no ponto 6 da Visita iniciada em julho de 1787 e enviada ao convento em maio do ano seguinte, o Arcebispo de Évora fez registar o seguinte (atente-se nos juízos que faz, sem para eles ter provas): “Por Nos parecer pezado a cada huma das Religiozas a reza dos Psalmos penitenciais com preces, ladainha e oraçoens trinta vezes por cada Religioza que morre, nascendo

cesso de subordinação feminina à autoridade masculina assume especial relevo a exteriorização pela escrita, frequentemente imposta a certas religiosas pelos seus confessores como uma obrigação específica e imprescindível, sobretudo para assim ser feito o registo das práticas das próprias, entendidas como modelo de vida, e das do convento quanto a devoções, cultos, vivências, e história; tal é uma atividade simultaneamente memorialista, para o futuro, e divulgadora, para exemplo já no presente dentro e fora do mosteiro.

### Considerações finais

A obrigatoriedade de um maior rigor na vivência pelas comunidades religiosas femininas das suas *Regras* fundadoras foi um dos dois tipos de decisões relativas ao género feminino aprovadas no Concílio de Trento. O outro tipo consistiu num reforço deste através quer da criação de mais normas, quer do acometimento ao clero masculino regular e secular da verificação do cumprimento de todas, da punição pelo desvio, da autorização de exceções e da validação de práticas da administração interna corrente em termos de autoridade hierárquica e de controlo económico. Mesmo dentro do espaço conventual e até da área específica denominada “clausura”, a ação disciplinadora masculina fez-se sentir fortemente, auxiliada pela das suas subordinadas femininas, as abadessas, como aqui fica abundantemente ilustrado pela análise da realidade do Mosteiro de S. Bento de Cástris, em Évora, quanto à prática musical da segunda metade do século XVI até final do século XVIII.

---

daqui talvez uma reza imperfeita e tediôza, suspendemos nesta parte a Constituição do Capº 15, titulo que diz ‘Da ajuda, que se hade dar na morte e depois della ás defuntas,’ [parágrafo] 9, f. 28vº; e para que o fação com mais devoção, e merecimento subrogamos em lugar da dita reza outros tantos Nocturnos do Offício de Defuntos correspondentes ao dia em que se rezão, segundo as rubricas do Breviario Romano com a oração competente, e para serem mais gratos a Deus será justo se rezem no Coro por todas á hora que a Madre Abbadeça parecer mais comoda”. [B.P.E], *Convento do Salvador*, Livro 17, fl. 5.